



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

PROCESSO DAAE Nº 4.108/2025

CONTRATANTE: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS

DIVISÃO REQUISITANTE: ENGENHARIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA FORNECIMENTO DE UM CCM – CENTRO DE CONTROLE DE MOTORES, CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) CABINE DE FORÇA DO POÇO PROFUNDO DENOMINADO “POÇO VILA XAVIER” E AUTOMAÇÃO DO SISTEMA DE TELECOMANDO E TELEMETRIA COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA A CONSTRUÇÃO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.558.399,34 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINQUENTA E OITO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

LOCAL DA OBRA: RUA MATO GROSSO ESQUINA COM A AV. OCTAVIANO DE ARRUDA CAMPOS – VILA XAVIER

COORDENADAS:

Longitude: Long. -48.154591°

Latitude: Lat. -21.775885°

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO (inciso I e II conjuntamente) do artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://araraquaradaae.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/

TELEFONE DO SUPORTE DA PLATAFORMA: (11) 96374-6028 (VIA WHATSAPP).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 09H30MIN DO DIA 12 / 03 / 2026

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: ÀS 09H35MIN DO DIA 12 / 03 / 2026

CONDUÇÃO DO CERTAME:

Será conduzido pela Comissão de Contratação, sob a presidência do primeiro nomeado, composta pelos seguintes membros: Sr. Andrews Wesley de Oliveira – Matrícula nº 1470, Sr. Charles Henrique Marques de Mendonça – Matrícula nº 853 e Sr. Denis Gonzales – Matrícula nº 1696 e fica designado também a Sra. Ana Paula de Albuquerque – Matrícula nº 1746 como Equipe de Apoio, conforme Termo de Designação constantes nos autos deste processo.

O DAAE – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, Autarquia Municipal, com sede nesta cidade, localizado na Rua Domingos Barbieri nº 100, inscrito no CNPJ/MF nº 44.239.770/0001-67, neste ato representado pelo Superintendente, o Sr. Wilian Thomaz Marega, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado realizará a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 001/2026 – PROCESSO DAAE Nº 4.108/2025** em sua forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/15, com as alterações que lhe sobrevieram e demais normas regulamentadores aplicáveis, Lei Orgânica do Município de Araraquara e alterações posteriores e os Decretos Municipais nº 13.414, nº 13.415, nº 13.416, nº 13.420 de 20 de dezembro de 2023.

1. DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de todo material e mão de obra para fornecimento de um CCM – Centro de Controle de Motores, Construção de 01 (uma) Cabine de Força do Poço Profundo denominado “Poço Vila Xavier” e Automação do Sistema de Telecomando e Telemetria com fornecimento de todo material e mão-de-obra para a construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 – A licitação está organizada da seguinte forma: 03 (três) lotes.

1.3 – Conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, INRFB nº 2.110 de 17/10/2022 – Artigo 130 inciso I, **SERÁ NECESSÁRIA A ABERTURA DO CADASTRO NACIONAL DE OBRAS**, para o objeto em questão, sendo que, o Licitante Vencedor não poderá, em hipótese alguma, constar o DAAE como responsável.

2. DO VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

2.1 – O objeto da presente licitação está estimado em R\$ 1.558.399,34 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa e nove reais e trinta e quatro centavos), com fundamento no Anexo II – Planilha Estimativa de Preços.

2.2 – Como critério de aceitabilidade somente serão aceitas as propostas que não ultrapassem o valor disposto no item 2.1 (artigo 59 inciso III), respeitando o valor de cada lote. Propostas que permanecerem, após a fase de lances, com o valor acima do estimado serão **DESCLASSIFICADAS**.

2.3 – Também como critério de aceitabilidade (artigo 59 §4º), estão sujeitas a desclassificação as propostas com valor INFERIOR a 75% do valor orçado pela Administração nos termos do §4º do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, *observado a possibilidade no caso, das licitantes proponentes já demonstrarem a exequibilidade de sua proposta.*

2.4 – A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no artigo 59 §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA VISITA TÉCNICA

3.1 – Os licitantes *poderão* conhecer o local onde serão executadas a obra, bem como as dificuldades existentes. A visita poderá ser realizada até 01 (um) dia útil anterior à data da abertura das propostas. Esta visita técnica deverá ser agendada junto a Divisão de **Engenharia**, pelo representante da licitante, no horário: **das 09h00 às 12h00 e 13h00 às 17h00**, através do telefone: **(16) 3324-9533**, com apresentação da devida identificação.

3.2 – O DAAE não se responsabilizará pela falta de formação ou inexperience do profissional designado pela licitante.

3.3 – Ao final da visita técnica, o DAAE fornecerá o “ATESTADO DE VISITA TÉCNICA” que deverá ser apresentado junto com os documentos de HABILITAÇÃO da licitante.

3.4 – Caso a licitante **OPTE POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA**, deverá preencher a DECLARAÇÃO QUE DISPENSA A VISITA TÉCNICA (Anexo VII).

3.5 – O ATESTADO DE VISITA TÉCNICA (ANEXO VI) OU a DECLARAÇÃO QUE DISPENSA A VISITA TÉCNICA (ANEXO VII), devidamente preenchida e assinada deverá constar nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, sendo inclusive, considerado como requisito para HABILITAÇÃO da licitante, conforme autoriza o artigo 63 §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

3.1.1 – Poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio, de até 02 (duas) empresas, observadas as seguintes condições:

- a) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- b) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

3.2 – Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, não será permitido à participação de empresas:

- a) Que não possuam em seu objeto social ramo de atividade que seja pertinente ao objeto da licitação;
- b) Estrangeiras que não funcionem no País;
- c) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar (art. 156, IV da Lei 14.133/2021); impedidas e suspensas de licitar e contratar (art. 156, III da Lei 14.133/2021), nos termos da Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- d) Que se encontrem com falência decretada, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.3 - Será concedido tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

3.4 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5 – As licitantes que desejarem usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar, na fase de habilitação, declaração de enquadramento como Micro empresa ou Empresa de Pequeno porte, ou de reenquadramento, conforme o caso.

3.6 – A ausência da declaração não acarretará inabilitação da licitante, impedindo apenas a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a proposta ser analisada em igualdade de condições com as demais participantes.

4. CADASTRAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados que desejarem participar da **Concorrência Eletrônica** deverão se cadastrar no “link: cadastro no sistema”, para obtenção do login de usuário e senha pessoal

(intransferíveis), através do endereço eletrônico:
https://araraquaradaae.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

4.2 – O login de usuário e a senha poderão ser utilizados em qualquer **Concorrência Eletrônica**, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Autarquia, devidamente justificada.

4.3 – É de exclusiva responsabilidade do usuário do sistema o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao DAAE, à responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos seus atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a **Concorrência Eletrônica**.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS

5.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133 de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo formalizar diretamente na plataforma onde ocorrerá a sessão pública (https://araraquaradaae.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/), no campo Ações – Impugnações ou Ações – Esclarecimentos, até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

5.2 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.2.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e caso, ocorra, será motivado nos autos do processo de licitação.

5.3 – A impugnação ou pedido de esclarecimentos deverão ser assinados de forma digital, acompanhadas do respectivo certificado comprovando a validade da assinatura.

5.4 – Caso o licitante não encaminhe a cópia do certificado digital/relatório que comprove a validade da assinatura, o mesmo poderá ser diligenciado pela Comissão de Contratação, através do site: <https://validar.iti.gov.br/>.

5.5 – A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma no prazo **de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame**.

5.6 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

5.7 – A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

5.8 – A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 – As licitantes deverão registrar sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, acompanhado dos documentos de habilitação conforme exigidos neste Edital e no Termo de Referência, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 – O registro e envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de login e senha.

6.3 – Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.4 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

6.5 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela Comissão de Contratação.

6.6 - Havendo necessidade a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.7 - Caberá ao Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA PROPOSTA

7.1 – Proposta comercial deverá ser registrada no endereço:
https://araraquaradaae.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/.

7.2 – Apresentar o valor unitário e total para cada item, bem como os quantitativos solicitados.

7.3 – É facultada aos licitantes a participação em quantos lotes forem de seu interesse, *devendo* oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

7.3 – Os centavos dos preços unitários não poderão ser superiores a 02 (duas) casas decimais.

7.4 – Em caso de divergência entre as especificações do objeto descrita na plataforma onde ocorrerá a sessão e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência deste Edital, o licitante deverá obedecer a esse último.

7.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 – Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada.

7.7 – É de inteira responsabilidade da licitante o preço e demais condições apresentadas, salvo se no momento da abertura da proposta for alegado erro, e aceito pela Comissão de Contratação, será registrado em ata, devendo o item ser desconsiderado da proposta.

7.8 – Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, carga, descarga, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licitação.

7.9 – Os preços são fixos e irredutíveis.

7.10 – No caso de discordância entre preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.

7.11 – A apresentação de proposta vincula a licitante ao pleno cumprimento dela e implica na aceitação de todas as condições constantes deste Edital e seus Anexos.

7.12 – Correrão por conta da licitante vencedora todos os custos que por ventura deixar de explicitar em sua proposta.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1 - No dia e horário previstos neste Edital, a Comissão de Contratação dará início à sessão pública da Concorrência Eletrônica, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

8.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação e os licitantes, sendo este o único canal permitido de comunicação.

8.3 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4 – O licitante poderá uma única vez, solicitar o cancelamento de seu lance, na ocorrência de lance inconsistente, inexequível ou por erro de digitação.

8.4.1 – A solicitação de que trata o item anterior, só poderá ser solicitada durante a FASE DE LANCES.

8.5 – A formulação de lances será efetuada, observado o seguinte:

a) O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO LOTE;**

b) Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observadas as reduções mínimas listadas abaixo, prevalecendo o primeiro lance recebido quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor:

LOTE	DESCRIÇÃO	REDUÇÃO – R\$
01	CENTRO DE CONTROLE DE MOTORES	R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
02	CABINE DE FORÇA	R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
03	AUTOMAÇÃO DO SISTEMA	R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais)

8.6 – Será adotado para o envio de lances no CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Eletrônico o MODO DE DISPUTA: **ABERTO/FECHADO**.

8.7 – A etapa de lances da sessão pública no modo disputa aberto terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.8 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 % (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final, no modo disputa fechado, em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.9 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10 – No caso de desconexão com a Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.11 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Contratação persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.12 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.13 – Para essa classificação será considerando o último preço admitido de cada licitante.

8.14 – No caso de **microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada**, quando as propostas apresentadas por elas forem até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, e desde que esta também não se enquadre nessas categorias, será adotado o seguinte procedimento:

- a) A **microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada**, mais bem classificada, após convocada, apresentará na própria sessão de julgamento da Concorrência Eletrônica, no prazo de 05 (cinco) minutos, a proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto será adjudicado em seu favor;
- b) Não sendo vencedora a **microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas**, mais bem classificada, na forma do subitem anterior, será obedecida à ordem classificatória estabelecida no item 8.13;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas**, que se encontrem no limite estabelecido no item 8.14, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta, originalmente, de menor valor.

8.15 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nos termos do art. 60 da Lei Federal 14.133/21, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.15.1 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP**;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.16 – Permanecendo o empate após a aplicação dos critérios previstos no item 8.15, proceder-se-á ao sorteio eletrônico e automático pelo sistema das propostas empatadas.

8.17 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.17.1 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

8.17.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.17.3 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.18 – A Comissão de Contratação solicitará à licitante melhor classificada que, **no prazo de 30 (trinta) minutos**, encaminhe a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, e se for o caso, dos documentos complementares, quando necessário à confirmação das exigências do Edital.

8.19 – O prazo para encaminhamento da proposta **poderá ser prorrogado apenas 01 (uma) única vez**, mediante solicitação formal da licitante. Não havendo cumprimento, a proposta será desclassificada.

8.20 – A proposta readequada deverá contemplar as seguintes informações:

8.20.1 - Dados cadastrais da Licitante: Razão Social, CNPJ, Inscrição Estadual, Endereço Completo, Telefone e E-mail;

8.20.2 – Apresentar os preços unitários e totais para cada item que compõem o Anexo III – Planilha de Composição de Preços, e os centavos não poderão ser superiores a 02 (duas) casas decimais;

8.20.3 – É obrigatória a apresentação de preços para todos os itens que compõem o Anexo III;

8.20.3.1 – Caso haja itens que não tenham sido apresentados preços, a Comissão de Contratação solicitará a correção para o licitante 01 (uma) vez;

8.20.3.2 – Caso seja encaminhado novamente sem preços dos itens indicados, a Comissão de Contratação procederá a **desclassificação da proposta**;

8.20.4 – Apresentar o Cronograma Físico-Financeiro conforme Anexo IV;

8.20.4.1 – Ao encaminhar o Cronograma Físico-Financeiro, a licitante vencedora DEVERÁ respeitar os seguintes valores do % Desembolso/Mês:

LOTE	PRAZO EM DIAS	% DE EXECUÇÃO
01	90 DIAS	25,00 %
	120 DIAS	25,00 %
	150 DIAS	25,00 %
	180 DIAS	25,00 %
02 – Parte civil	30 DIAS	33,00 %
	60 DIAS	33,00 %
	90 DIAS	33,00 %
02 – Parte elétrica	120 DIAS	33,00 %
	150 DIAS	33,00 %
	180 DIAS	33,00 %
03	150 DIAS	50,00 %
	180 DIAS	50,00 %

8.20.4.2 – Caso não sejam respeitados os valores, a Comissão de Contratação solicitará a correção para o licitante 01 (uma) vez;

8.20.4.3 – Caso seja encaminhado novamente com os valores que não sejam os estabelecidos no subitem 8.20.4.1, a proposta será **DESCCLASSIFICADA**.

8.20.5 – Apresentar o cálculo BDI Acórdão 2622_2013 (Anexo VIII);

8.20.6 - Constar dados relativos à conta corrente: Banco, agência e nº da conta, em nome da Licitante.

8.20.7 - Apresentar os dados do Representante que assinará o Termo de Contrato (nome completo, cargo, RG e CPF);

8.21 – Após a negociação do preço, a Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.22 – A Comissão de Contratação poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes esclarecimentos que julgar necessários.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 – Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldata transparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldata transparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas-e-Sanções ((<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

e) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas da União (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:103561502033941:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO);

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

9.2 – Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrência Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.1 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.2.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

9.2.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado **INABILITADO**, por falta de condição de participação.

9.3 – Caso atendidas as condições de participação, a Comissão de Contratação, acompanhado por Representantes da Divisão Requisitante, examinará a proposta classificada em primeiro lugar. Esta análise tem por objetivo verificar o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.3.1 – Se a proposta vencedora for desclassificada, a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação;

9.3.2 – No caso de todas as propostas serem desclassificadas, a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA será declarada FRACASSADA.

9.4 – Serão desclassificadas as propostas que:

9.4.1 – Contiverem vícios insanáveis;

9.4.2 – Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.4.3 – Que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após a fase de negociação;

9.4.4 – Apresentarem preços inexequíveis cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco) por cento do valor orçado pela Administração após a fase de negociação;

9.4.4.1 – Na ocorrência de proposta inferior a 75 %, a mesma não será imediatamente desclassificada, porém será facultada a Comissão de Contratação a promoção de diligência e solicitação da demonstração da exequibilidade da proposta;

9.4.5 – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pelo DAAE;

9.4.6 – Que sejam omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.4.7 – Que não apresentarem preços para todos os itens que compõem o lote.

9.5 - Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobre preços serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

9.6 - Considera-se inexequível a proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

9.7 – A desclassificação se dará por decisão motivada da Comissão de Contratação.

9.8 – Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta a Comissão de Contratação passará à verificação da documentação de habilitação do licitante.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação especificados neste tópico, têm por objetivo demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.2 – O LICITANTE AO MOMENTO EM QUE REGISTRAR SUA PROPOSTA NO SISTEMA DEVERÁ ANEXAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO CAMPO ANEXO DA HABILITAÇÃO.

10.3 – O licitante deverá apresentar a documentação de habilitação descrita neste item, digitalizada em sua forma original.

10.4 – Após a entrega dos documentos para Habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

I) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas

10.5 – Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.6.1 - Qualquer documento que comprove a sua existência jurídica:

10.6.1.1 - Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

10.6.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

10.6.1.2.1 - Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

10.6.1.3 - Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

10.6.1.4 - Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.6.1.5 - Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.7 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.7.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.7.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual OU Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.7.3 - Regularidade perante a FAZENDA FEDERAL, através de Certidão Conjunta de Débitos, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, abrangendo as contribuições sociais;

10.7.4 - Regularidade perante a FAZENDA ESTADUAL, relativo ao domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

10.7.4.1 - Caso o licitante seja considerando isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.7.5 - Regularidade perante a FAZENDA MUNICIPAL referente aos Tributos Mobiliários, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

10.7.6 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

10.7.7 - Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

10.7.8 – As CND's encaminhadas deverão ser **NEGATIVA** ou **POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA**.

10.8 – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.8.1 – Certidão negativa de **falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.8.2 - **Comprovação da capital mínimo OU de patrimônio líquido mínimo equivalente até 10 % (dez) por cento do valor estimado, ou seja, de R\$ 155.840,00, respeitando o valor do lote em que a licitante vai participar.**

10.8.3 – **Para os consórcios que não sejam compostos totalmente por Micro e Pequenas, será exigida comprovação de que possui patrimônio líquido que correspondente a 11 % do valor estimado, ou seja, R\$ 171.430,00, respeitando o valor do lote em que irá vai participar, nos termos do artigo 15 §1º da Lei Federal nº 14.133/2021;**

10.8.4 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 02 (dois) últimos exercícios sociais** ou, no caso de a pessoa ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, ao último exercício;

10.8.5 - Com relação aos documentos exigidos no item anterior, serão aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

10.8.5.1 - Para as Pessoas Jurídicas regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedades Anônimas – S/A): apresentar Balanço, devendo ainda ser apresentada a publicação do recibo do SPED ou do resumo em jornais de grande circulação e/ou em sítios oficiais, observando qualquer outra obrigação constante na legislação aplicável, conforme cada caso;

10.8.5.2 - Para as Pessoas Jurídicas em geral: apresentar cópia do Balanço e Demonstrações de Resultado do Exercício contábil – DRE, com os Termos de Abertura e Encerramento (todos extraídos do Livro Diário físico ou de Livro Digital – desde que admitido na junta comercial de seu Estado e que atenda às formalidades inerentes ao arquivamento dos livros contábeis nas formas da legislação aplicável), devidamente Registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Registro (no caso das Sociedades Simples) da sede ou domicílio da licitante;

10.8.5.3 - Para as Pessoas Jurídicas criadas no exercício em curso ou com criação em período anterior ao limite exigido para registro legal do Balanço completo: deverão apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro;

10.8.5.4 - Para as Pessoas Jurídicas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativa de Consumo): devem atender às mesmas regras dispostas nas alíneas “e₂” e “e₃” acima, não sendo aceitos “balanços ou contabilidades simplificadas”;

10.8.5.5 - Para as Pessoas Jurídicas optantes ou obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD), parte integrante do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), nos termos dos Decretos nº

6.022 de 22/01/2007, nº 8.683 de 25/08/2016, e nº 9.555 de 06/11/2018; da Instrução Normativa RFB Nº 2003 de 18/01/2021, alterações destas e demais legislações aplicáveis: devem apresentar o Balanço e a Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento e com o Recibo de Entrega emitido pelo SPED com o mesmo código de autenticação do rodapé dos demais documentos apresentados para que seja possível verificar a autenticidade das informações apresentadas.

10.8.6 - O balanço patrimonial deverá conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável e/ou de técnico em contabilidade, nos moldes do disposto no atr. 12, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei Federal n. 9295/1946;

10.8.7 - No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos referidos nas letras 'c' e 'd' limitar-se-ão ao último exercício.

10.9 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.9.1 – Registro OU Inscrição da proponente na entidade profissional competente, da localidade da sede da proponente;

10.9.2 – Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

10.9.2 – Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de **Atestado(s)** ou **Certidão(ões)** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante, no(s) qual(is) se indiquem:

- **LOTE 1 - Centro de Controle de Motores de 250 CV;**
- **LOTE 2 - Cabine de Força Primária em alvenaria, classe 15 KV e transformador de 250 KVA;**
- **LOTE 3 – Automação do Sistema de Telemetria e Telecomando na área de Saneamento.**

10.9.2.1 – Serão admitidos para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de **forma concomitante**, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

10.9.2.2 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

10.9.2.3 – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

10.9.2.4 -Serão aceitos Atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

10.9.3 – Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

10.9.3.1 Para o lote 1 – Engenheiro Eletricista, com serviços em CCM (Centro de Controle de Motores) e ou Painéis de Partida de motores;

10.9.3.2 – Para o lote 2 – Engenheiro Eletricista e Civil, com serviços em construção de cabine de força;

10.9.3.3 – Para o lote 3 - Engenheiro Eletricista ou Eletrônico, com serviços em Automação em geral.

10.9.4 – O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar dos serviços objeto do contrato, será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§6º do art 37 da lei nº 14.133 de 2021).

10.9.5 -Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

10.10 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.10.1 - **APRESENTAR**, Declaração de Enquadramento para ME ou EPP, caso a licitante tenha declarado que é beneficiária da LC 123/2023 (Anexo XI). **Deverão apresentar também:**

10.10.1.1 - Quando optante pelo Simples Nacional: comprovante da opção pelo Simples obtido no site da Secretaria da Receita Federal;

10.10.1.2 - Quando não optante pelo Simples Nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício-DRE, ou ainda registro do Estatuto ou Ato Constitutivo na Junta Comercial, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ou ainda comprovante da Junta Comercial, ou ainda certidão expedida pela Junta Comercial;

10.10.1.3 - A não comprovação deste item, não impedirá a licitante em participar deste certame, mas ficará vedado o benefício concedido pela Lei Complementar nº 123/2006;

10.10.2 - **APRESENTAR** o Anexo XII – DECLARAÇÕES;

10.10.3 – Nos casos onde as declarações solicitadas nas alíneas ‘a’ e ‘b’ forem assinadas de forma digital, **deverá** a licitante encaminhar cópia do certificado digital/relatório que comprove a validade da assinatura.

10.10.4 – Caso a licitante não encaminhe a cópia do certificado digital/relatório que comprove a validade da assinatura, o mesmo poderá ser diligenciado pela Comissão de Contratação, através do site: <https://validar.iti.gov.br/>.

10.11 - HABILITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

10.11.1 – As empresas consorciadas deverão apresentar o instrumento público ou particular de compromisso de constituição do Consórcio, subscrito pelas empresas consorciadas, contendo claramente as definições dos subitens a seguir:

10.11.1.1 – Identificação e apresentação da empresa líder que será a principal responsável perante a Administração, pelos atos praticados pelo consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas, bem como a designação do representante legal encarregado de atuar em nome e por conta do Consórcio;

10.11.1.2 – Indicação dos compromissos, atribuições e obrigações de cada consorciada, e ainda o percentual de participação de cada empresa no Consórcio, em relação ao objeto da licitação;

10.11.1.3 – As empresas consorciadas deverão apresentar **individualmente** os documentos referentes à habilitação **jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnico operacional/profissional**;

10.11.1.4 – As empresas consorciadas deverão atender **em conjunto** o item referente à qualificação econômico-financeira, item 10.8, cada empresa comprovando capital mínimo na proporção de sua participação no Consórcio, de acordo com os compromissos, atribuições e obrigações de cada consorciada, e ainda o percentual de participação de cada empresa no Consórcio, em relação ao objeto da licitação;

10.11.1.5 – As empresas consorciadas poderão atender **isoladamente ou em conjunto** os itens referentes aos Atestados e ao Acervo Técnico;

10.11.1.6 – A inabilitação de qualquer das empresas componentes do Consórcio, acarretará a inabilitação do próprio Consórcio;

10.11.1.7 – Haverá responsabilidade solidária das consorciadas pelo atos praticados sob o Consórcio em relação à licitação e posteriormente em relação ao Contrato;

10.11.1.8 – Caso o consórcio seja o vencedor da licitação, as empresas participantes deverão promover sua constituição e o seu respectivo registro, comprovando tal providência no ato da formalização do instrumento contratual;

10.11.1.9 – Declaração de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia anuência do DAAE, até 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato que venha a ser celebrado em decorrência desta licitação;

10.11.1.10 – O faturamento das empresas constituintes do Consórcio deverá se dar na exata proporção de sua participação no Consórcio.

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

10.12 - Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.13 - Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.14 – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.15 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.16 – Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.17 – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão apresentar os documentos que comprovem sua regularidade fiscal exigida conforme subitem 10.7, **mesmo que este apresente alguma restrição.**

10.18 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.19 – A não regularização da documentação no prazo previsto no item 10.18, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital, sendo facultado ao DAAE convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.20 – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.21 – Na hipótese do licitante que apresentou a melhor proposta desatenda às exigências de habilitação a comissão de contratação examinará a proposta da licitante subsequente, conforme a rígida ordem de classificação, e assim procederá, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao presente Edital.

10.22 – SERÁ INABILITADO O LICITANTE QUE NÃO COMPROVAR SUA HABILITAÇÃO, SEJA POR NÃO APRESENTAR QUAISQUER DOCUMENTOS EXIGIDOS, OU APRESENTÁ-LOS EM DESACORDO COM O ESTABELECIDO NESTE EDITAL.

10.23 – A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11. DOS RECURSOS

11.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

11.2 – Declarado o(s) vencedor(es), será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.3 - Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para admissibilidade do recurso.

11.4 - Nesse momento, a Comissão de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.5 - A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.6 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico (https://araraquaradaae.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/), ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7 – Nos casos onde as razões recursais e as contra razões forem assinadas de forma digital, **deverá** a licitante encaminhar cópia do certificado digital/relatório que comprove a validade da assinatura.

11.8 – Caso o recorrente e/ou a recorrida não encaminhe a cópia do certificado digital/relatório que comprove a validade da assinatura, o mesmo poderá ser diligenciado pela Comissão de Contratação, através do site: <https://validar.iti.gov.br/>.

11.9 - Os autos deste procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11.10 - Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.

11.11 - Manifestado o interesse de recorrer, a Comissão de Contratação poderá:

- a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- b) Motivadamente, reconsiderar a decisão; ou
- c) Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.

11.7 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8 - O recurso será dirigido ao pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.9 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12. DA EVENTUAL REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 – A sessão pública poderá ser reaberta na hipótese de provimento de recurso que leve à anulação de atos da sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.2 – Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior, que poderá:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Revogar a licitação por motivos de conveniência e oportunidade;
- III – Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV – Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1 – Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

14.2 – O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 – O prazo de convocação acima previsto poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 – A execução do objeto desta licitação deverá respeitar rigorosamente todas as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela Licitante vencedora, sendo vedado à mesma fazer qualquer modificação sem autorização da Administração.

15.2 – O licitante vencedor concorda que com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10 % (dez) por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite de acréscimos contratuais legalmente admitidos.

15.3 – O prazo de execução/vigência do objeto desta licitação será conforme o disposto abaixo:

Lote	Descrição do Lote	Prazo de Execução	Prazo da Vigência Contratual
01	CENTRO DE CONTROLE DE MOTORES	06 (seis) meses	12 (doze) meses
02	CABINE DE FORÇA	06 (seis) meses	12 (doze) meses
03	AUTOMAÇÃO DO SISTEMA	06 (seis) meses	12 (doze) meses

15.4 – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

15.5 - O licitante vencedor deverá apresentar, via protocolo, em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato, o comprovante de Cadastro Nacional de Obras (CNO), junto à Receita Federal para o **Lote 02**.

15.6 - Antes do início dos serviços, todos os colaboradores da Licitante Vencedora **deverão** obrigatoriamente participar da palestra de integração administrada por técnicos de segurança do trabalho deste DAAE.

15.7 – O treinamento de integração deverá ser agendado junto a Divisão de Engenharia, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, onde a Licitante Vencedora entregará toda documentação conforme estabelece o Anexo X – Procedimento P030 REV.00 RH, cópia da CTPS, cópia do livro de registro, certificados de cursos referentes à NR 33 – trabalho em espaço confinado e NR 35 – trabalho em altura, dos colaboradores que participarão efetivamente da execução do “objeto”. Tal procedimento será obrigatório no decorrer da obra para todo e qualquer novo colaborador da Licitante Vencedora.

15.8 – A licitante vencedora deverá designar um profissional, com experiência comprovada em serviços e atividades similares, para supervisionar, acompanhar e fiscalizar a obra, o qual deverá apresentar ART de prestação de serviços devidamente recolhida e preenchida (via original ou cópia autenticada), devendo estar presente no local da obra, sempre que necessário.

15.9 – A licitante vencedora deverá designar um profissional como encarregado de obras, na condição de residente, onde será obrigatória sua permanência durante todo o período das atividades/serviços. O encarregado de obras será responsável pelo canteiro de obras, pela execução dos serviços, pelas condições de segurança, pelas sinalizações, entre outros, devendo tomar as medidas necessárias para atendimento das normas vigentes, não cabendo à fiscalização DAAE, em hipótese alguma, tais responsabilidades.

15.10 – A licitante vencedora deverá acionar sua equipe técnica para solucionar qualquer modificação do “objeto”, que se fizer necessária em virtude de obstáculos durante a execução da obra. Esta solução deverá ser apresentada à fiscalização DAAE para apreciação e aprovação.

15.11 – Ressarcir todos os danos causados a esta Autarquia ou a terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia, por ação ou omissão de seu pessoal.

15.12 – O responsável técnico designado pela Licitante Vencedora **deverá** obrigatoriamente, manter o Livro Diário de Obra, em conformidade com o andamento da obra, atualizando-o diariamente, sendo necessário:

- Relatar o andamento da obra;
- Anotar o nome e função dos colaboradores lotados na obra;
- Anotar as condições climáticas;
- Apontar obstáculos não previstos ou problemas que porventura venham ocorrer na execução da obra;
- Deixar espaço suficiente para anotações e apontamentos da fiscalização do DAAE, do CREA, entre outros;
- Ser mantido na obra e disponível a qualquer momento para verificação da fiscalização DAAE e de terceiros.

15.13 – Na conclusão da obra, o Livro Diário de Obra deverá ser entregue a fiscalização do DAAE, para que o mesmo possa ser anexado no processo da obra.

15.14 - A licitante vencedora deverá observar integralmente as normas municipais de urbanismo, posturas, acessibilidade e controle de ruído, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

15.15 – Manter o canteiro de obra limpo e organizado durante o período de execução dos serviços, sendo que todo entulho, sobra de matérias, resíduos da construção civil e volumosos (RCCV), entre outros, deverão ser encaminhados de acordo com a Lei Municipal nº 6.352/2005 e Decreto Regulamentar nº 8.431/2006, com a devida comprovação mediante apresentação de CTR (Controle de Transporte de Resíduos) e/ou outros documentos previstos em legislação. Cabe salientar que tal descarte é cobrado, devendo a licitante vencedora apresentar ao DAAE comprovante(s) de descarte(s) de resíduo(s) via protocolo.

15.16 – Os combustíveis eventualmente armazenados e utilizados para uso nos equipamentos para atendimento do objeto da contratação deverão ser armazenados em locais que garantam as condições e critérios ambientais vigentes.

15.17 – A licitante vencedora deverá apresentar ao final da obra, 02 (duas) vias impressas e encadernadas → “databook”, e 01 (uma) via em mídia digital (pen drive), de igual teor, contendo toda documentação técnica, “as built” final das instalações, relatório fotográfico com todas as fotografias obtidas durante a execução dos serviços contendo as condições iniciais da área de intervenção, todas as etapas de trabalho e as condições finais (entrega da obra) no formato padrão (9 x 12 cm), bem como demais materiais que julgar serem necessários.

15.18 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Licitante vencedora deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pelo Gestor do Contrato, contados da notificação.

15.19 - **Procedimento de Fiscalização:** Os serviços serão fiscalizados pelos servidores designados como FISCAIS DO CONTRATO e se houver alguma irregularidade os FISCAIS comunicarão à GESTORA DO CONTRATO, sendo a Licitante Vencedora primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização do DAAE em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.20 – A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da licitante vencedora para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

16. DAS CONDIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

16.1 – A **fiscalização das obrigações contratuais** será efetuada pelo servidor Luís Henrique Tinti – Matrícula nº 767, nomeado pela Divisão de Engenharia.

16.2 – A **gestão das obrigações contratuais** será efetuada pela Servidora Adna Andrade Gotardo – Matrícula nº 1361 chefe da Divisão de Engenharia, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento **satisfatório** do Contrato.

16.3 – Na ausência dos servidores acima, ficam designados como substitutos os servidores:

16.3.1 – GESTOR DO CONTRATO: A Servidora Bianca de Angelis Polis – Matrícula nº 1742, nomeado pela Divisão de Engenharia;

16.3.2 – FISCAL DO CONTRATO: A Servidora Rafaela Fernanda Mendonça Gomes – Matrícula nº 1879, nomeado pela Divisão de Engenharia.

16.4 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Licitante vencedora deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pelo Gestor do Contrato, contados da notificação.

16.5 - **Procedimento de Fiscalização:** Os serviços serão fiscalizados pelo FISCAL DO CONTRATO e se houver alguma irregularidade, o fiscal comunicará ao GESTOR DO CONTRATO para que a Licitante vencedora será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização do DAAE em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

17. DAS MEDIÇÕES, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

17.2 – As obras e serviços de engenharia contratados serão medidos na forma do Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela Licitante Vencedora quando de sua proposta, após a notificação formal do PODER PÚBLICO acerca do adimplemento total ou de cada etapa outrora prevista e programada, devendo o Licitante Vencedor fornecedor fatura relativa à prestação dos serviços e a execução integral da obra ou de sua parcela.

17.3 – Nas medições não serão considerados materiais ou equipamentos postos na obra sem a devida aplicação dos mesmos.

17.4 – A licitante vencedora deverá comunicar a data e o horário em que fará a medição, para que o Fiscal do Contrato possa acompanhar e aferir “in loco” os serviços apontados/medidos. Caso o Licitante Vencedor faça a medição sem o acompanhamento do Fiscal do Contrato, está só será considerada válida após a verificação e aprovação do FISCAL DO CONTRATO, podendo ter itens glosados caso estejam em desacordo com o medido, ocasionando desta forma, demanda maior no tempo de liberação da medição.

17.5 – O pagamento somente será autorizado após aprovação da medição, conforme Cronograma Físico-Financeiro apresentado pelo Licitante Vencedor.

17.6 – Após aprovada a medição pelo FISCAL DO CONTRATO, o licitante vencedor deverá protocolar, através de ofício, e encaminhar para a Divisão de Engenharia, com a seguinte documentação:

- . 01 (uma) via impressa do Boletim de Medição, devidamente carimbadas e assinadas pelo profissional responsável técnico;
- . 01 (uma) via legível do diário de obra;
- . A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura em nome da Licitante Vencedora, destacando em seu corpo o número do contrato, número da nota de empenho, a modalidade licitatória e número da licitação;
- . Relatório fotográfico impresso no formato padrão (09 x 12 cm), contendo pelo menos 02 (duas) fotografias de cada etapa do serviço medido;

- . Relação dos operários lotados na obra, referente ao período da medição;
- . Relatório analítico da folha de pagamento e com seu respectivo comprovante de pagamento onde é descrito valor, agência e conta transferida e valor líquido;
- . Tabelas GFIP – SEFIP;
- . Guia de recolhimento do FGTS (GRF);
- . Comprovante de Pagamento – FGTS;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- . Guia da Previdência Social (GPS);
- . Comprovante de Pagamento: Previdência;
- . Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- . Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e/ou Fazenda.

17.7 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: aagotardo@daearaquara.com.br / lhtinti@daearaquara.com.br / bianca.angelis@daearaquara.com.br / rafaela.gomes@daearaquara.com.br / nfe@daearaquara.com.br

17.8 – Em caso de subcontratação, a Licitante vencedora deverá apresentar também toda a documentação prevista no item 16.6 desse edital, em relação à empresa subcontratada.

17.9 – A Licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

17.10 – O pagamento da fatura dependerá da apresentação dos documentos mencionados no item 17.6.

17.11 – Efetuada a conferência e sendo deferida a medição pelo Fiscal e Gestor do Contrato, os pagamentos decorrentes dos serviços executados ocorrerão em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela da obra ou serviço e emissão da devida fatura fiscal.

17.12 – Na hipótese de serem detectadas incorreções, o prazo acima ficará sobrestado até a efetiva regularização por parte da licitante vencedora, sem prejuízos das sanções cabíveis.

17.13 – O licitante vencedor deverá sanar as incorreções no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação pelo Gestor do Contrato, sem prejuízo da apuração de infração contratual e aplicação de penalidade.

17.14 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo o licitante vencedor informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

17.15 – Fica vedado qualquer faturamento por parte de terceiro.

17.16 – Correrão por conta do Licitante Vencedor todas despesas relativas à execução do contrato, cabendo à Administração exclusivamente o pagamento da importância contratada.

17.17 – Havendo penalizações por eventuais atrasos na execução do objeto, multas de qualquer espécie ou prejuízos causados pelo licitante vencedor ao poder público, e desde que estes sejam devidamente apurados no processo administrativo, será efetuada compensação financeira destes importes à conta do pagamento devido ao licitante vencedor.

17.18 – Ocorrendo atraso no pagamento da fatura ou Nota Fiscal, por culpa exclusiva da Administração sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE

18. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

18.1 – No ato da assinatura do contrato a ser formalizado com o licitante vencedor deverá oferecer a garantia para a execução dos serviços no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato (artigo 98), que deverá ser apresentada na Divisão de Suprimentos, Contratos e Licitação – Sub Divisão de Gestão de Contratos. Deverá a garantia ter seu prazo de vigência de 03 (três) meses além do prazo de vigência do contrato previsto no item 15.3.

18.2 – No caso de ocorrer a aferição de preço global da melhor proposta inferior a 85 % (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85 % (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis (§5º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021).

18.3 – A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades elencadas no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.3.1 – Caso o licitante opte por prestar a garantia na modalidade seguro-garantia, ela deverá informar a Subdivisão de Gestão de Contratos dentro do prazo de assinatura do contrato (item 14.2) para beneficiar-se da regra prevista no §3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3.2 – No caso de o licitante optar por prestar a garantia na modalidade seguro-garantia, deverá dentro do prazo de 01 (um) mês contado da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, providenciar a garantia. O prazo de 01 (um) mês não será prorrogado.

18.4 – O CONTRATO NÃO PODERÁ SER ASSINADO SEM QUE A GARANTIA TENHA SIDO PRESTADA.

18.5 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na seguinte conta da Autarquia:

- . BANCO: 104 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
- . AGÊNCIA: 0282;
- . OPERAÇÃO: 3703
- . CONTA: 575271028-2
- . CNPJ: 44.239.770/0001-67

18.5 – Caso a Contratada efetue o depósito da garantia na conta acima referenciada, deverá encaminhar o comprovante do depósito para a na Divisão de Suprimentos, Contratos e Licitação – Sub Divisão de Gestão de Contratos ou apresentar o respectivo comprovante na assinatura do contrato.

18.6 – A garantia de execução contratual caucionará o pagamento de:

18.6.1 – Prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

18.6.2 – Prejuízos diretos causados por culpa ou dolo do licitante Vencedor durante a execução do objeto do contrato;

18.6.3 – Multa, moratórias e compensatórias aplicadas ao Contrato;

18.6.4 – Obrigações trabalhistas, as contribuições sociais e previdenciárias, possíveis reclamações trabalhistas e verbas rescisórias relativas ao contrato administrativo e não adimplidas pelo Licitante Vencedor;

18.6.5 – Não serão aceitas garantias que excluam qualquer espécie de responsabilidade civil, penal ou administrativo, salvo as seguintes:

18.6.5.1 – Caso fortuito ou força maior;

18.6.5.2 – Descumprimento das obrigações por atos ou fatos imputados exclusivamente ao Poder Público;

18.7 – Alterado o valor do contrato ou prorrogado os prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

18.8 – A caução será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia, **no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do primeiro, após o que o instrumento da apólice de Seguro-garantia ou de Fiança bancária será inutilizado.**

18.9 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

18.10 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário, a Contratada, dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los, caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

18.11 – A não prestação da garantia na forma acima apresentada, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a Contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

19. DO REAJUSTE E DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1 – Quando e, se for o caso, após decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o licitante poderá, através de requerimento específico, solicitar o devido reajuste dos preços contratados nos termos do §7º do artigo 25 da Lei 14.133/2021, tendo como referência a correção pelo índice do IPCA/IBGE relativo ao período entre a data do orçamento estimado do contrato e a autorização do reajuste.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

20.1 – O objeto do contrato será recebido:

a) **PROVISORIAMENTE** pelo servidor designado como FISCAL DO CONTRATO, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) **DEFINITIVAMENTE** pela servidora designado como GESTOR DO CONTRATO que comprove o atendimento das exigências contratuais.

20.2 – O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

20.3 – Quando da conclusão da obra e aferições pertinentes ao objeto contrato, o licitante vencedor deverá solicitar, através de ofício protocolado junto a fiscalização deste DAAE, o Termo de Recebimento Provisório – **TRP**.

20.4 – Após 30 (trinta) dias da emissão do “**TRP**”, estando o objeto contratado em perfeitas condições, o licitante vencedor deverá solicitar, através de ofício protocolado junto a fiscalização deste DAAE, o **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO – TRD**.

20.5 – Após a emissão do **TRD**, todos os serviços e materiais fornecidos e aplicados pelo Licitante Vencedor passarão a ter garantia de 12 (doze) meses.

20.6 – No decorrer da garantia todo e qualquer serviço e/ou material fornecido e aplicado pelo Licitante Vencedor que vier apresentar problema, o mesmo deverá ser substituído imediatamente, sem prejuízo a este DAAE, onde passará a ter nova garantia de 12 (doze) meses.

20.7 – Ao término da obra, o licitante vencedor deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias do recebimento do TRD, lavrado pelo DAAE, a Certidão Negativa de Débito e baixa do CNO.

20.8 – O descumprimento do item acima ocasionará multas e demais sanções previstas no Edital.

20.7 – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20.8 – O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a licitante vencedora, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e em caso de vício, defeito ou incorreção identificada, o licitante vencedor ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 – A Licitante vencedora será responsabilizada administrativamente caso cometa alguma das infrações dispostas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021. O PODER PÚBLICO pode aplicar ao responsável às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2 – A Advertência por escrito será aplicada quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.

21.3 – Dos tipos de multa:

21.3.1 – **Moratória:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

21.3.2 – **Compensatória:** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato.

21.4 – O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.5 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Licitante Vencedor ressarcir o PODER PÚBLICO pelos prejuízos causados.

21.6 – As sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com multa.

21.7 – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o PODER PÚBLICO poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

21.8 – Na aplicação das penas de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar será facultada a defesa da Contratada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua intimação. (Art. 166)

21.9 - Da aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

21.10 - A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

21.11 – Se, durante o procedimento de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração tipificada pela Lei nº 12.846/2013 como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, deverão ser remetidas à Autoridade Competente cópias do processo administrativo respectivo, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.

21.11 – A aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato realizar-se-á de acordo com os arts. 156 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.12 – A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração Pública, observado o princípio da proporcionalidade, podendo relevá-las em caso de ato, omissão ou culpa excessiva do PODER PÚBLICO.

22. SUSTENTABILIDADE

22.1 – Em observância ao princípio do disposto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a licitante vencedora se compromete a adotar práticas que ajudem a promover o desenvolvimento sustentável durante toda a vigência contratual.

22.2 – A Licitante Vencedora deverá observar, sempre que possível e aplicável, os seguintes princípios e práticas sustentáveis:

22.2.1 – Uso de materiais com menor impacto ambiental: Priorizar o uso de materiais e produtos que agredam menos o meio ambiente. Isso inclui, por exemplo, materiais que podem ser reciclados, usados novamente, que se decompõem na natureza (biodegradáveis) ou que possuem alguma certificação ambiental, mostrando que foram produzidos de forma responsável;

22.2.2 – Redução do consumo de recursos naturais: Fazer um esforço para usar menos energia elétrica, menos água e papel. O objetivo é economizar esses recursos que são tão importantes e, muitas vezes, limitados;

22.2.3 – Destinação adequada de resíduos: Dar o destino certo para os resíduos que forem gerados durante a execução do contrato, de acordo com as leis ambientais. Isso significa separar o lixo, reciclar o que for possível e descartar o restante de maneira que não prejudique o meio ambiente. Em caso de obras, apresentar o PGRCC;

22.2.4 – Preferência por matérias e equipamentos eficientes: Quando for o caso, escolher materiais e equipamentos que tenham selos de eficiência energética (como Procel, Compet, Ence, entre outros). Além disso, seguir as diretrizes das normas que o DAAE já utilizada, buscando sempre o melhor desempenho com o menor impacto;

22.2.5 – Adoção de medidas de acessibilidade e inclusão social: Ir além do ambiental, implementando ações que garantam que pessoas com deficiência possam acessar os locais e serviços (acessibilidade) e que todos sejam incluídos na sociedade;

22.2.6 – Respeito à legislação: Cumprir todas as leis ambientais, trabalhistas e de segurança no trabalho. É fundamental que a empresa opere dentro das normas, protegendo tanto o meio ambiente quanto seus funcionários.

22.3 – Relatório de ações sustentáveis: Quando o DAAE pedir, a licitante vencedora deverá apresentar um plano ou um relatório que mostre as ações sustentáveis que ela adotou durante o contrato, incluindo provas e documentos que comprovem essas ações. Isso serve para acompanharmos o cumprimento das metas.

22.4 – Consequências do descumprimento: Se a licitante Vencedora não cumprir essas obrigações de sustentabilidade sem uma boa justificativa, ela poderá sofrer as penalidades que estão previstas nos artigos 151 a 181 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, o contrato poderá ser cancelado. Ou seja, o compromisso com a sustentabilidade é sério e deve ser levado a rigor.

22.5 – À fiscalização contratual: Monitorar o cumprimento das medidas ambientais: A equipe responsável por fiscalizar o contrato tem a responsabilidade de acompanhar de perto para garantir que as empresas estejam realmente cumprindo todas as medidas ambientais que foram estabelecidas no contrato.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.05.01.1751200311.013 - categoria econômica nº 4.4.90.51.99.34** do orçamento do DAAE para o exercício de **2026**.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 – As normas que disciplinam esta Concorrência Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do futuro contrato.

24.2 – É facultada, a Comissão de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da contratação, a promoção de diligência conforme regra prevista no artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.3 – A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a mesma em face de razões de interesse públicos, conveniência e oportunidade ou fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

24.4 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente no DAAE.

24.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Contratação em contrário.

24.6 – Fica assegurado ao DAAE, no interesse da Administração, o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente contratação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, sem que caiba direito a qualquer indenização.

24.7 – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação.

24.8 – As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

24.9 – A participação na presente contratação implica em concordância tácita, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste Edital das cláusulas contratuais já estabelecidas.

24.10 – Os casos omissos serão solucionados com base na legislação federal vigente e nos princípios gerais de direito.

24.11 – A adjudicação do objeto desta Concorrência Eletrônica não implicará em direito à contratação.

24.12 – Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das licitantes adjudicatárias, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

24.13 – O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Araraquara, com exclusão de qualquer outro.

25. DOS ANEXOS

25.1	ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
25.1.1	APÊNDICE DO ANEXO I	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
25.2	ANEXO II	ESCOPO DE FORNECIMENTO E ESTIMATIVA DE PREÇOS
25.3	ANEXO III	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS
25.4	ANEXO IV	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
25.5	ANEXO V	PEÇAS GRÁFICAS
25.6	ANEXO VI	ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
25.7	ANEXO VII	DECLARAÇÃO DE QUE DISPENSA A VISITA TÉCNICA
25.8	ANEXO VIII	DEMONSTRATIVO DE BDI
25.9	ANEXO IX	PLACA DE OBRA
25.10	ANEXO X	PROCEDIMENTOS P-30
25.11	ANEXO XI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU DE REENQUADRAMENTO
25.12	ANEXO XII	DECLARAÇÕES
25.13	ANEXO XIII	MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
25.14	ANEXO XIV	TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
25.15	ANEXO XV	DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE/SP
25.16	ANEXO XVI	ANÁLISE DE RISCO

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, 25 DE FEVEREIRO DE 2026.

Sr. Wilian Thomaz Marega
Superintendente



OBS: esta declaração deverá ser original e em papel timbrado da empresa

ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU DE REENQUADRAMENTO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026
PROCESSO DAAE Nº 4.108/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de todo material e mão de obra para fornecimento de um CCM – Centro de Controle de Motores, Construção de 01 (uma) Cabine de Força do Poço Profundo denominado “Poço Vila Xavier” e Automação do Sistema de Telecomando e Telemetria com fornecimento de todo material e mão-de-obra para a construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por meio de seu Representante Legal, Sr. _____, e Contador ou Técnico em Contabilidade, **DECLARA**, sob as penas da lei, que a empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;

() **REENQUADRAMENTO**.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara a observância deste limite, apresentando a relação de contratos firmados com a Administração Pública, no presente exercício:

Nº	Órgão Contratante	Modalidade	Objeto	Nº Contrato ou Nota de Empenho	Valor Contratado	Data Assinatura
01						
02						
03						
04						

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 20XX.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE
(SE PROCURADOR, ANEXAR CÓPIA DA PROCURAÇÃO AUTENTICADA OU COM O ORIGINAL)

NOME COMPLETO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E ASSINATURA DO CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE DA EMPRESA.



OBS.: esta declaração deverá ser no original e em papel timbrado da empresa.

**ANEXO XII
DECLARAÇÕES**

AO

Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA ELETRÔNICO Nº 001/2026

PROCESSO DAAE Nº 4.108/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de todo material e mão de obra para fornecimento de um CCM – Centro de Controle de Motores, Construção de 01 (uma) Cabine de Força do Poço Profundo denominado “Poço Vila Xavier” e Automação do Sistema de Telecomando e Telemetria com fornecimento de todo material e mão-de-obra para a construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), com sede no endereço (preencher com endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx e com Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo (a) Sr.(a). _____, (cargo) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- a) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- b) Sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021;
- c) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156 inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei, conforme previsto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do art. 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021;

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva abaixo.

() Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz.

- f) Em atendimento a Lei Federal nº 13.709/2018 e as exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 131/2009, **AUTORIZA**, em razão da participação no Processo Licitatório, o **DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara**, inscrito no CPF/MF sob o nº 44.239.770/0001-67, com sede à Rua Domingos Barbieri nº 100, em Araraquara (SP), dispor das informações apresentadas nos documentos necessários à sua participação no certame, bem como a de seus representantes legais, que ficarão arquivadas nos autos do processo licitatório para atendimento das exigências legais.

Data

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO XIII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/____

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

O DAAE – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, autarquia municipal com sede nesta cidade, na Rua Domingos Barbieri nº 100 Fonte, inscrito no CNPJ sob nº 44.239.770/0001-67, neste ato representado pelo Superintendente, o Sr. Wiliam Thomaz Marega, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF nº [REDACTED], doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com sede à _____, _____, no Município de _____ – _____, CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ e com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado pelo seu _____, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 001/2026 – PROCESSO DAAE nº 4.108/2025**, mediante as cláusulas e condições enunciadas.

(caso a contratada seja um consórcio, utilizar o texto abaixo)

O DAAE – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, autarquia municipal com sede nesta cidade, na Rua Domingos Barbieri nº 100 Fonte, inscrito no CNPJ sob nº 44.239.770/0001-67, neste ato representado pelo Superintendente, o Sr. Wiliam Thomaz Marega, portador da cédula de identidade RG nº [REDACTED] e inscrito no CPF nº [REDACTED], doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e o **CONSÓRCIO** _____, devidamente registro no xxx oficial de registro e documento de xxxxxxxx, microfilmado sob o nº xxxxxxxxxx, com sede e foro na xxxxxxxxxx, constituído pelas seguintes empresas: xxxxxxxxxx com sede à _____, _____, no Município de _____ – _____, CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ e com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado pelo seu _____, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____ e pela empresa xxxxxxxxxx com sede à _____, _____, no Município de _____ – _____, CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ e com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado pelo seu _____, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2026 - PROCESSO DAAE Nº 4.108/2025**, mediante as cláusulas e condições enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

1.1 – O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de todo material e mão de obra para fornecimento de um CCM – Centro de Controle de Motores, Construção de 01 (uma) Cabine de Força do Poço Profundo denominado “Poço Vila Xavier” e Automação do Sistema de Telecomando e Telemetria com fornecimento de todo material e mão-de-obra para a construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2 – O objeto da contratação é o descrito no “ANEXO A” deste Termo de Contrato.

1.3 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 – O Termo de Referência;

1.3.2 – O Edital de Licitação;

- 1.3.3 – A Proposta da CONTRATADA;
- 1.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 – Conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, INRFB nº 2.110 de 17/10/2022 – Artigo 130 inciso I, **SERÁ NECESSÁRIA A ABERTURA DO CADASTRO NACIONAL DE OBRAS**, para o objeto em questão, sendo que, o Licitante Vencedor não poderá, em hipótese alguma, constar o DAAE como responsável.

1.5 – A matrícula CNO deverá ser apresentada em até 20 (vinte) dias da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIMENTO, VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 – O regime de execução para a obra contratada será o empreitada por preço global, observado o disposto no Edital e neste contrato.

2.2 – Na proposta estão previstos os seguintes custos: custos dos materiais, operações executivas, transporte de materiais, transporte de equipamentos para o local de aplicação, canteiro de serviços, realização de ensaios, consumo de combustíveis e lubrificantes, depreciação de ferramentas e equipamentos, energia elétrica, abastecimento de água, escritório e expediente, sinalização, estadias e hospedagens, remuneração do pessoal utilizado para a execução dos serviços, inclusive segurança do local, encargos decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, pagamento de tributos municipais, inclusive ISS, estaduais e federais por ventura incidentes, e todas mais que necessárias ao perfeito desempenho das obrigações assumidas, observado ainda o quanto previsto na Lei nº 14.133/2021 em especial o artigo 121.

2.3 – A Contratada concorda que com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto 10 % (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite de acréscimos contratuais legalmente admitidos.

2.4 – O prazo de execução dos serviços é de 06 (seis) meses, contados da data constante na Ordem de Serviço que será expedida pela Divisão de Engenharia.

2.5 – O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados de sua data de celebração.

2.6 – O contrato poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, mediante solicitação formal da Contratada e/ou Gestor do Contrato.

2.7 – A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.

2.8 – Quando e, se for o caso, após decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o licitante poderá, através de requerimento específico, solicitar o devido reajuste dos preços contratados nos termos do §7º do artigo 25 da Lei 14.133/2021, tendo como referência a correção pelo índice do IPCA/IBGE relativo ao período entre a data do orçamento estimado do contrato e a autorização do reajuste.

2.9 – Na contagem dos prazos, quando não houver critério expressamente previsto em Lei, excluir-se-á o dia do início e computar-se-á o do vencimento, salvo se nesse dia não houver expediente, caso em que ficará o prazo prorrogado até o primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1 – A **fiscalização das obrigações contratuais** será efetuada pelo servidor Luís Henrique Tinti – Matrícula nº 767, nomeado pela Divisão de Engenharia.

3.2 – A **gestão das obrigações contratuais** será efetuada pela Servidora Adna Andrade Gotardo –Matrícula nº 1361 chefe da Divisão de Engenharia, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento **satisfatório** do Contrato.

3.3 – Na ausência dos servidores acima, ficam designados como substitutos os servidores:

3.3.1 – GESTOR DO CONTRATO: A Servidora Bianca de Angelis Polis – Matrícula nº 1742, nomeado pela Divisão de Engenharia;

3.3.2 – FISCAL DO CONTRATO: A Servidora Rafaela Fernanda Mendonça Gomes – Matrícula nº 1879, nomeado pela Divisão de Engenharia.

3.4 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pelo Gestor do Contrato, contados da notificação.

3.5 - **Procedimento de Fiscalização:** Os serviços serão fiscalizados pelo FISCAL DO CONTRATO e se houver alguma irregularidade, o fiscal comunicará ao GESTOR DO CONTRATO para que a Contratada será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização do DAAE em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

3.6 – O regime de execução contratual, modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência anexo a este contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODELO DE EXECUÇÃO

4.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, mediante termo aditivo.

4.3 – As comunicações entre o DAAE e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail) para esse fim. **É VEDADA A UTILIZAÇÃO DE APLICATIVOS DE MENSAGENS.**

4.4 – O DAAE poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5 – Após a assinatura deste contrato, o DAAE poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6 – Antes do início dos serviços, todos os colaboradores da Contratada deverão obrigatoriamente participar da palestra de integração, administrada por técnicos de segurança do trabalho deste DAAE.

4.7 – O treinamento de integração deverá ser agendado junto a Divisão de Engenharia, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência, onde a Contratada entregará toda documentação conforme estabelece o Anexo X – Procedimento P030 REV.00RH, cópia do livro de registro, certificados de cursos referentes à NR 33 – Trabalho em Espaço Confinado e NR 35 – Trabalho em altura, dos colaboradores que participaram efetivamente da execução do objeto. Tal procedimento será obrigatório no decorrer da obra para todo e qualquer novo colaborador da Contratada.

4.8 – A Contratada deverá observar integralmente as normas municipais de urbanismo, posturas, acessibilidade e controle de ruído, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

4.9 – Manter o canteiro de obra limpo e organizado durante o período de execução dos serviços, sendo que todo entulho, sobre de matérias, resíduos da construção civil e volumosos (RCCV), entre outros, deverão ser encaminhados de acordo com a Lei Municipal nº 6.352/2005 e Decreto Regulamentar nº 8.431/2006, com a devida comprovação mediante a apresentação de CTR (Controle de Transporte de Resíduos) e/ou outros documentos previstos em legislação. Cabe saliente que tal **descarte é cobrado**, devendo a Contratada apresentar ao DAAE comprovante(s) de descarte(s) de resíduo(s) via protocolo.

4.10 – Os combustíveis eventualmente armazenados e utilizados para uso nos equipamentos para atendimento do objeto da contratação deverão ser armazenados em locais que garantam as condições e critérios ambientais vigentes.

4.11 – PREPOSTO

4.11.1 – A Contratada deverá designar um profissional, com experiência comprovada em serviços e atividades similares, para supervisionar, acompanhar e fiscalizar a obra, o qual deverá apresentar a ART da prestação dos serviços devidamente recolhida e preenchida (via original ou cópia autenticada), devendo estar presente no local da obra, sempre que necessário.

4.11.2 – A Contratada deverá designar um profissional como encarregado de obra, na condição de residente, onde será obrigatória sua permanência durante todo o período das atividades/serviços. O encarregado de obras, será responsável pelo canteiro de obras, pela execução dos serviços, pelas condições de segurança, pelas sinalizações, entre outros, devendo tomar as medidas necessárias para atendimento das normas vigentes, não cabendo à fiscalização do DAAE, em hipótese alguma, tais responsabilidades

4.11.3 – A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

3.1 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste contrato

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1 – O valor total da contratação é de R\$ xxx.xxx.xx,xx (xxxxxxxx).

4.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 – A Nota Fiscal/ Fatura deverá ser protocolada mediante ofício dirigido à Superintendência. Tanto na Nota Fiscal como no ofício deverá ser destacado o número do contrato, a modalidade licitatória e o número da licitação.

5.2 – As medições serão efetuadas mensalmente de acordo, única e exclusivamente, com o quantitativo real executado e os custos unitários da proposta apresentada, após a aprovação da fiscalização, respeitando-se fielmente o Cronograma Físico-Financeiro do Anexo IV.

5.2 – A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida em nome da Licitante vencedora, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número da licitação.

5.3 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: aagotardo@daeararaquara.com.br / lhtinti@daeararaquara.com.br / bianca.angelis@daeararaquara.com.br / rafaella.gomes@daeararaquara.com.br / nfe@daeararaquara.com.br

5.4 – A Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: aagotardo@daeararaquara.com.br / lhtinti@daeararaquara.com.br / bianca.angelis@daeararaquara.com.br / rafaella.gomes@daeararaquara.com.br / nfe@daeararaquara.com.br

5.5 – O arquivo XML deverá ser enviado somente para o e-mail: nfe@daeararaquara.com.br, conforme cláusula 7ª, inciso III, § 7º e cláusula 10ª do ajuste SINIEF 07/05, sendo que o recebimento do material ficará condicionado a sua conferência antecipada. Havendo algum problema com a visualização do arquivo, a nota fiscal será rejeitada.

5.6 – A Contratada deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

5.7 – Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

5.8 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a Contratada informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

5.9 – Correrão por conta da Contratada todas as despesas relativas à execução do contrato, cabendo à Administração exclusivamente o pagamento da importância contratada.

5.10 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

6.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.1.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

6.1.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

6.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.6 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma estabelecida na cláusula quinta deste contrato;

6.1.7 - Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste contrato;

6.1.8 - Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

6.1.8.1 - Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

6.1.8.2 - Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;

6.1.8.3 - Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;

6.1.8.4 - Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

6.1.8.5 - Demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

6.1.8.6 - Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

6.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.1.10 - A Administração terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.1.11 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

6.1.12 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

6.1.13 - Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pela CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

7.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

7.5 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

7.6 - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.7 - Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.8 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.9 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

7.10 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

7.11 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

7.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.13 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

7.14 - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

7.15 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

7.16 - Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência.

7.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.18 - Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.19 - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

7.20 - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

7.21 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.

7.22 - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

7.23 - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

7.24 - Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.25.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.26 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.27 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

7.28 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

7.29 - Assegurar aos seus trabalhadores ambientes de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

7.30 - Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso.

7.31 - Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

7.32 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

7.33 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

7.34 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

8.1 – Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais), a Contratada autoriza o DAAE a utilizar as informações relativas à sua identificação e qualificação, constantes de seu Contrato Social, do Instrumento de sua Constituição, de sua proposta, do instrumento de seu credenciamento e demais documentos apresentados para sua participação no presente certame licitatório e celebração do Termo de Contrato, bem como dos seus colaboradores.

8.2 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da

apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.3 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

8.4 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.5 - A Administração deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

8.6 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.7 - É dever de a CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

8.8 - A CONTRATADA deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.9 - A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.10 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.11 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.11.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

8.12 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

8.13 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Para assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia no valor de R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxx), que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor contratado, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos, Contratos e Licitações do DAAE.

9.2 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.3 – Caso a garantia seja prestada na modalidade Seguro-Garantia, a Contratada terá o prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

9.4 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na seguinte conta da Autarquia:

. BANCO: 104 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;
. AGÊNCIA: 0282;
. OPERAÇÃO: 3703
. CONTA: 575271028-2
. CNPJ: 44.239.770/0001-67

9.5 – Caso a Contratada efetue o depósito da garantia na conta acima referenciada, deverá encaminhar o comprovante do depósito para a Gerência de Suprimentos, Contratos e Licitações – Unidade de Gestão de Contratos ou apresentar o respectivo comprovante na assinatura do contrato.

9.6 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia, os efeitos das respectivas apólices, deverão **abranjer além dos serviços contratados, as contribuições sociais e previdenciárias, possíveis reclamações trabalhistas e verbas rescisórias inadimplidas** e o prazo de validade do termo ou da apólice **deverá corresponder ao período de vigência do contrato.**

9.7 – A caução será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia, **no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do primeiro, após o que o instrumento da apólice de Seguro-garantia ou de Fiança bancária será inutilizado.**

9.8 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

9.9 – Qualquer alteração na execução do contrato, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo.**

9.10 – Quando da renovação contratual, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia, desde que mantidas as mesmas condições e cobertura da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

9.11 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário, a Contratada, dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los, caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

9.12 – A não prestação da garantia na forma acima apresentada, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a Contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.1 – A **fiscalização contratual** será efetuada pelo servidor Luís Henrique Tinti – Matrícula nº 767, nomeada pela Divisão de Engenharia.

10.2 – A **gestão contratual** será efetuada pela servidora Adna Andrade Gotardo – Matrícula nº 1361 chefe da Divisão de Engenharia, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento satisfatório do contrato.

10.3 – Na ausência dos servidores acima, ficam designados como substitutos os servidores:

a) GESTOR DO CONTRATO: A Servidora Bianca de Angelis Polis – Matrícula nº 1742, nomeado pela Divisão de Engenharia;

b) FISCAL DO CONTRATO: A Servidora Rafaela Fernanda Mendonça Gomes – Matrícula nº 1879, nomeado pela Divisão de Engenharia.

10.4 – O regime de execução contratual, modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

11.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente caso cometa alguma das infrações dispostas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2 – Caso a Contratada cometa as infrações previstas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções previstas no Artigo 156 da mesma lei.

11.3 – As sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4 – Dos tipos de multa:

11.4.1 – **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

11.4.2 – **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato.

11.5 – Na aplicação das penas de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar, a Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua intimação para apresentar sua defesa.

11.6 - Da aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

11.7 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 - As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.4 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 – Nos casos de extinção do contrato serão observados os dispostos nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal no 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUSTENTABILIDADE

15.1 – Em observância ao princípio do disposto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a licitante vencedora se compromete a adotar práticas que ajudem a promover o desenvolvimento sustentável durante toda a vigência contratual.

15.2 – A Licitante Vencedora deverá observar, sempre que possível e aplicável, os seguintes princípios e práticas sustentáveis:

15.2.1 – Uso de materiais com menor impacto ambiental: Priorizar o uso de materiais e produtos que agredam menos o meio ambiente. Isso inclui, por exemplo, materiais que podem ser reciclados, usados novamente, que se decompõem na natureza (biodegradáveis) ou que possuem alguma certificação ambiental, mostrando que foram produzidos de forma responsável;

15.2.2 – Redução do consumo de recursos naturais: Fazer um esforço para usar menos energia elétrica, menos água e papel. O objetivo é economizar esses recursos que são tão importantes e, muitas vezes, limitados;

15.2.3 – Destinação adequada de resíduos: Dar o destino certo para os resíduos que forem gerados durante a execução do contrato, de acordo com as leis ambientais. Isso significa separar o lixo, reciclar o que for possível e descartar o restante de maneira que não prejudique o meio ambiente. Em caso de obras, apresentar o PGRCC;

15.2.4 – Preferência por matérias e equipamentos eficientes: Quando for o caso, escolher materiais e equipamentos que tenham selos de eficiência energética (como Procel, Compet, Ence, entre outros). Além disso, seguir as diretrizes das normas que o DAAE já utilizada, buscando sempre o melhor desempenho com o menor impacto;

15.2.5 – Adoção de medidas de acessibilidade e inclusão social: Ir além do ambiental, implementando ações que garantam que pessoas com deficiência possam acessar os locais e serviços (acessibilidade) e que todos sejam incluídos na sociedade;

15.2.6 – Respeito à legislação: Cumprir todas as leis ambientais, trabalhistas e de segurança no trabalho. É fundamental que a empresa opere dentro das normas, protegendo tanto o meio ambiente quanto seus funcionários.



15.3 – Relatório de ações sustentáveis: Quando o DAAE pedir, a licitante vencedora deverá apresentar um plano ou um relatório que mostre as ações sustentáveis que ela adotou durante o contrato, incluindo provas e documentos que comprovem essas ações. Isso serve para acompanharmos o cumprimento das metas.

15.4 – Consequências do descumprimento: Se a licitante Vencedora não cumprir essas obrigações de sustentabilidade sem uma boa justificativa, ela poderá sofrer as penalidades que estão previstas nos artigos 151 a 181 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, o contrato poderá ser cancelado. Ou seja, o compromisso com a sustentabilidade é sério e deve ser levado a rigor.

15.5 – À fiscalização contratual: Monitorar o cumprimento das medidas ambientais: A equipe responsável por fiscalizar o contrato tem a responsabilidade de acompanhar de perto para garantir que as empresas estejam realmente cumprindo todas as medidas ambientais que foram estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

16.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº 03.05.01.1751200311.013 – categoria econômica nº 4.4.90.51.34 do orçamento do DAAE para o exercício de 2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – O Foro da Comarca de Araraquara será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento deste Contrato.

DISPOSIÇÕES FINAIS

E por assim estarem justas acordadas e contratadas, na melhor forma de direito, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições constantes das cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, XX DE XXXXX DE XXXX.

Sr. Wiliam Thomaz Marega
Superintendente
CONTRATANTE

Sr.(a) _____
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas: 1.)

2.)

ANEXO XIV

(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO OU DA NOTA DE EMPENHO)

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO CONTRATOS

CONTRATANTE: 001/2026

CONTRATADA:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de todo material e mão de obra para fornecimento de um CCM – Centro de Controle de Motores, Construção de 01 (uma) Cabine de Força do Poço Profundo denominado “Poço Vila Xavier” e Automação do Sistema de Telecomando e Telemetria com fornecimento de todo material e mão-de-obra para a construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/E-mail:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade de a Contratada manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA:



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo Contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____



GESTOR DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



ANEXO XV

(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO OU DA NOTA DE EMPENHO)

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE/SP

CONTRATANTE: 001/2026

CNPJ Nº: 001/2026

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de todo material e mão de obra para fornecimento de um CCM – Centro de Controle de Motores, Construção de 01 (uma) Cabine de Força do Poço Profundo denominado “Poço Vila Xavier” e Automação do Sistema de Telecomando e Telemetria com fornecimento de todo material e mão-de-obra para a construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL:

NOME:

CARGO:

E-MAIL:

ASSINATURA: _____